



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Gabinete da Presidência

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 841/ 2020.

Define regras para o fornecimento de lanche e refeições nas sessões dos Tribunais do Júri de todas as Comarcas do Poder Judiciário Goiano.

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta no PROAD nº 201811000141420 e apensos,

CONSIDERANDO as dificuldades enfrentadas pela Administração na gestão do último contrato, relativas ao quantitativo e destinatários de lanches e refeições para as sessões do Tribunal do Júri das comarcas do interior;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação do quantitativo de lanches e refeições a serem servidos nas sessões do Tribunal do Júri visando a padronização em todas as comarcas deste Poder;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 4, de 10 de abril de 2013 dispõe sobre a concessão de auxílio-alimentação aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás; e

CONSIDERANDO que os funcionários terceirizados contratados para prestarem serviços nas unidades deste Poder recebem vale-refeição conforme suas convenções coletivas de trabalho.

DECRETA:

Art. 1º. Os magistrados deverão evitar a designação de júri para o período matutino, pois a grande maioria das sessões do júri podem se iniciar às 13 horas, quando não for ultrapassar 5 horas de realização, implicando a dispensa das principais refeições (almoço e jantar). Somente para os júris que já indicam previamente grande demora é que devem ser designados em horários que compreendem almoço e/ou jantar, cabendo ao magistrado justificar o motivo da designação em horário que necessite do fornecimento da refeição;



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Gabinete da Presidência

Art. 2º. As refeições (almoço/jantar) e lanches, quando necessários, poderão ser fornecidos, às expensas deste Tribunal de Justiça, somente para jurados, testemunhas, réus e escolta policial, totalizando, no máximo, 15 (quinze) pessoas, não sendo permitido o custeio dessas refeições aos servidores deste Poder, Magistrados, Promotores de Justiça, Defensores Públicos ou funcionários terceirizados, uma vez que já percebem verba específica para esse fim;

Art. 3º. Caso a sessão se prolongue até a noite e/ou haja pernoite, o fornecimento de jantar e café da manhã será estendido aos servidores designados para participar do Tribunal do Júri

Art. 4º. As testemunhas somente receberão alimentação quando ainda estiverem aguardando para prestarem depoimento no momento em que a refeição for servida;

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 23 de abril de 2020, 132º da República.

WALTER CARLOS LEMES
Presidente

//Ass05-AdM/

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 305943821027 no endereço <https://proad.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 201811000141420

WALTER CARLOS LEMES

PRESIDENTE

PRESIDENCIA

Assinatura CONFIRMADA em 24/04/2020 às 15:07